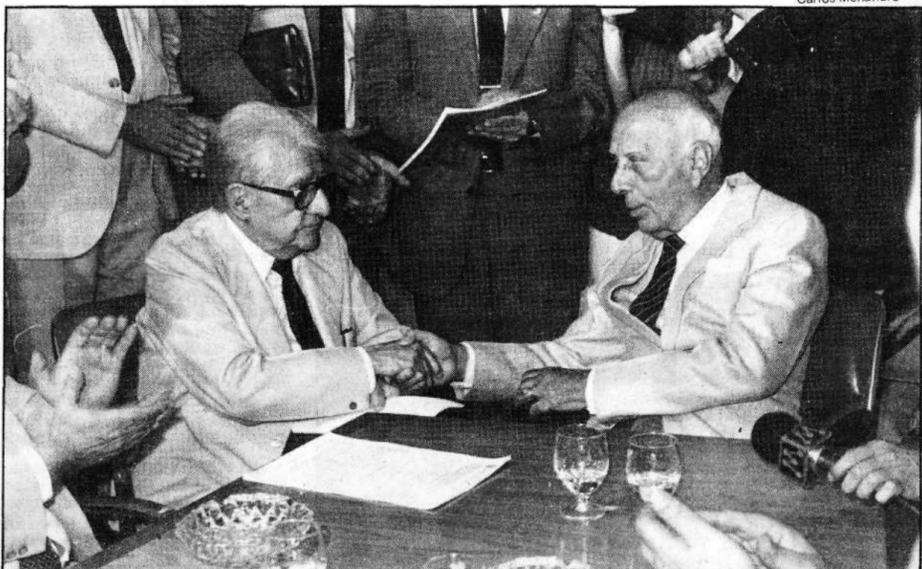


Cabral propõe parlamentarismo com seis anos



Carlos Menandro

No cumprimento a Arinos (E), Ulysses deixa claro que pode vir a aceitar o novo sistema

Negociações trazem pouco entendimento

Pouco entendimento e muitas reivindicações. Este foi o resultado que o relator Bernardo Cabral colheu na última rodada de negociações que promoveu, durante toda a manhã de ontem, na sede da Ordem dos Advogados do Brasil. A menos de 12 horas de expirar o prazo de entrega do seu segundo substitutivo, Cabral ouviu patrões e empregados, os líderes do Partido da Frente Liberal e dos partidos de esquerda. Ao final, o comentário lacônico: "Agora, eu vou ter que decidir sozinho".

Cabral tentou fechar alguns acordos em relação a temas polêmicos, como estabilidade no emprego, jornada de trabalho e sistema de governo.

A primeira reunião foi realizada com os presidentes da CUT e da CGT, Jair Meneghelli e Joaquim dos Santos Andrade, que dividiram a mesa com o presidente da Confederação Nacional das Indústrias (CNI), senador Albano Franco. Os trabalhadores não estavam dispostos a abrir mão da jornada de 40 horas semanais e estabilidade no emprego após 90 dias de serviço. Segundo o senador Albano Franco, o empresariado não aceita a estabilidade no emprego. "Estamos oferecendo o Fundo de Garantia e uma indenização progressiva, o que já pode ser considerado um avanço. Mas já que não querem aceitar, vamos decidir isso no plenário da Constituinte, através do voto".

O deputado Luis Inácio Lula da Silva (PT-SP), que também participou da reunião, comentou "que o empresariado tem que entender a atual situação de insegurança do trabalhador". Ele lamentou "a intransigência", afirmando que o confronto no plenário prejudicará o trabalhador.

Sistema

A segunda reunião do deputado Bernardo Cabral foi com os líderes do PFL no Senado e na Câmara, Carlos Chiarelli e José Lourenço, além do presidente do partido, senador Marco Maciel. Os pefelistas foram levar ao relator a sua preocupação em relação a abordagem a ser dada no substitutivo aos pontos polêmicos, principalmente quanto ao sistema de governo. A cúpula do PFL argumentou que uma fórmula mista de governo, seja presidencialista ou parlamentarista, "colocará em risco as instituições". Mesmo assim, o deputado Bernardo Cabral não se manifestou.

Resultados

A última e mais rápida reunião do deputado Bernardo Cabral foi com os representantes dos grupos de esquerda. Eles foram tentar, junto ao relator, a aprovação de 20 emendas coletivas apresentadas pelo bloco — PDT, PT, PCB, PC do B e o MUP (ala dissidente do PMDB).

Substitutivo será visto até segunda

A Comissão de Sistematização da Assembléia Nacional Constituinte resolveu estender até o dia 21 o debate sobre o substitutivo do relator Bernardo Cabral, convocando reuniões inclusive para hoje e amanhã, às 15 horas. A discussão deveria ter sido encerrada quinta-feira, mas a mesa diretora da comissão decidiu ampliar o prazo para os debates, tendo em vista o adiamento dos prazos, autorizado pelo presidente Ulysses Guimarães.

A reunião de hoje já poderá ser concentrada sobre a nova versão do substitutivo do relator, caso, como se espera, o texto já esteja disponível hoje à tarde.

Ontem, a comissão reuniu-se apenas à tarde, com reduzida presença de constituintes, que orientaram os debates em torno da pendência entre o parlamentarismo e o presidencialismo. Fora os temas constitucionais, alguns oradores referiram-se à morte do general Golbery do Couto e Silva.

Se tudo correr bem, o novo substitutivo do relator deverá ser publicado e distribuído hoje e amanhã, coincidindo com as reuniões de debates convocadas ontem.

Ulysses é lançado premiê por líderes parlamentaristas

Sob os aplausos das principais lideranças parlamentaristas, o deputado Oswaldo Lima Filho lançou informalmente o nome do deputado Ulysses Guimarães para Primeiro-Ministro no sistema parlamentarista de Governo. Em resposta aos discursos dos senadores Afonso Arinos e José Richa, Ulysses, ressaltando sua convicção pessoal presidencialista, deixou clara a sua aceitação da mudança do sistema de Governo. Ao final do encontro, os líderes do PMDB na Constituinte e no Senado, deputado Euclides Scalco e senador Fernando Henrique Cardoso, interpretavam eufóricos o discurso de Ulysses como uma adesão ao parlamentarismo.

A empolgação dos presidencialistas, verificada nos últimos dias, arrefeceu desde a noite de quinta-feira quando os parlamentaristas se entenderam quanto às disposições permanentes da Constituição e se aproximaram de um acordo também na parte transitória. As avaliações mais rigorosas no Planalto e na coordenação dos parlamentaristas apontam um equilíbrio de forças na Comissão de Sistematização.

O deputado Prisco Vianna, um dos principais articuladores do presidente José Sarney, na Constituinte, garante que o Planalto conta com 43 votos certos na Sistematização, necessitando apenas conquistar mais três para alterar o substitutivo parlamentarista do relator Bernardo Cabral. Esses cálculos, contudo, são considerados excessivamente otimistas por parlamentaristas e até por assessores presidenciais.

No gabinete de Ulysses, quando lhe foi entregue o texto permanente da proposta parlamentarista, que foi incorporada por Cabral em seu substitutivo, as principais lideranças do grupo — os senadores Afonso Arinos, José Richa, Fernando Henrique Cardoso, Nelson Carneiro e Roman Tito e os deputados Euclides Scalco, Luiz Henrique, Cid

Deputado acompanhará maioria

O presidente da Constituinte, da Câmara e do PMDB, Ulysses Guimarães, declarou ontem, em tom solene, que não será obstáculo a implantação do sistema parlamentarista de Governo, se esta for a vontade da maioria da sociedade brasileira, apesar de sua conhecida posição pessoal a favor do presidencialismo.

A declaração foi feita à tarde, em seu gabinete, após receber a emenda consensual do chamado grupo parlamentarista interpartidário, de implantação gradual do sistema — em 1988 o Primeiro-Ministro seria, de livre escolha do presidente Sarney, em votação pela Câmara e vedado o voto de censura e, em 1989, haveria a implantação de fato. As eleições presidenciais — que fico para o relator decidir — seriam a 15 de novembro de 1990.

O gabinete de Ulysses Guimarães ficou lotado de parlamentaristas, tendo à frente Afonso Arinos (PFL), José Richa (PMDB) e os líderes do PMDB na Constituinte, na Câmara e no Senado, Euclides Scalco, Luiz Henrique e Fernando Henrique, além de vários parlamentares do PMDB, do PFL, do PDS, do PTB.

O presidente da Comissão de

Carvalho, Oswaldo Lima Filho, Bonifácio de Andrada, Joaquim Bevilacqua, José Lins e Nelson Jobim, entre outros — fizeram uma verdadeira festa. Todos demonstravam otimismo com o sucesso do movimento. Afonso Arinos, por exemplo, foi taxativo em seu discurso: "Tenho absoluta certeza que Vossa Excelência, deputado Ulysses, compreenderá a nossa vitória, que não será contra ninguém e nem hostil ao Presidente da República".

Em sua resposta, Ulysses disse que, independentemente de sua convicção pessoal, e "acima disto está a Constituinte, a Pátria e a Nação. Eu não terei qualquer dificuldade pessoal para aceitar o parlamentarismo se for a vontade da maioria".

Oswaldo Lima Filho, ex-ministro do governo João Goulart, praticamente lançou o nome de Ulysses para primeiro-ministro, provocando aplausos dos parlamentares presentes: "Espero, doutor Ulysses, chamá-lo em breve de Primeiro-Ministro".

As divergências entre os parlamentaristas são nas disposições transitórias. O líder em exercício Euclides Scalco aceita a transição de 12 meses, mas não concorda que neste período vigore uma parlamentarismo apenas pró-forma. Ele propõe uma fórmula intermediária, considerada plenamente aceitável pelos deputados Luiz Henrique e Bonifácio de Andrada: Sarney governaria no próximo ano em regime presidencialista.

Quanto à duração do mandato presidencial não há e nem vai haver acordo. Vai ser definido pelo voto. Scalco, inclusive, considera que a questão perdeu muito de sua importância com o entendimento entre os parlamentaristas em torno do sistema de Governo: "O mandato ficou em segundo plano". Ele e seu grupo votarão em quatro anos, disputando no voto com os partidários de cinco anos e de seis anos na Sistematização e em plenário.

Sistematização fez questão de declarar, dirigindo-se em especial aos jornalistas: "Vocês que fazem a história" —, que o grupo parlamentarista não é em oposição a ninguém, muito menos ao presidente Sarney. "Não temos sentimentos de hostilidade, mas de admiração ao Presidente e ao seu Governo. Queremos contribuir para a glória do País e para a glória do governo Sarney" — afirmou Afonso Arinos.

O encontro foi encerrado por Ulysses Guimarães. Ciente de que seria ouvido com a maior atenção, pela sua posição de presidencialista, o presidente da Constituinte começou por exaltar a "pureza evangélica" de Afonso Arinos e o dinamismo e os muitos títulos de José Richa.

De prático, informou que distribuirá a emenda à Comissão e ao relator Bernardo Cabral como subsídio. Defendeu o entendimento, o diálogo e confirmou que, pessoalmente, é presidencialista, acenando:

"Acima da minha posição pessoal, está a Constituinte, a Pátria, o povo. Terei a humildade de reconhecer a vontade da maioria. Que Deus nos oriente na solução necessária".

O novo substitutivo do deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), entregue nesta madrugada, prevê um mandato de seis anos para o presidente



José Sarney e a possibilidade dele acumular as funções de chefe de Estado e de Governo, no próximo ano, caso seja aprovada a proposta de implantação gradual do sistema parlamentarista no País. Esta foi a última fórmula encontrada, ontem, pelo relator durante as discussões sobre o sistema de Governo a ser adotado pela futura Constituição.

Outra inovação importante é a realização de eleições diretas para Presidente da República em um único turno e por maioria absoluta de votos. Caso os candidatos não obtenham a maioria exigida, caberá ao Congresso Nacional, em dois escrutínios eleger o Presidente. Segundo o substitutivo, o primeiro turno, no Congresso, será por maioria absoluta sendo o segundo por maioria simples. O texto prevê ainda a realização de novas eleições presidenciais em 45 dias, caso a vacância se dê na primeira metade do mandato presidencial. Quando ocorrer o impedimento do Presidente para exercer o cargo na segunda metade do seu mandato, a eleição de seu sucessor será feita pelo Poder Legislativo para completar o mandato. Na atual versão do anteprojeto de Constituição, o relator extingue a figura do vice-presidente da República.

As alterações feitas pelo deputado Bernardo Cabral foram mais em função das pressões recebidas como ocorreu em relação ao papel das Forças Armadas, do que devido às negociações entre os diversos grupos na Constituinte. Um exemplo disto, é a manutenção do sistema parlamentarista de Governo. Quanto ao sistema eleitoral — outro ponto polêmico do anteprojeto — Bernardo Cabral preferiu deixar a decisão para a legislação complementar. Já a reforma agrária, a anistia, a estabilidade no emprego e a aposentadoria foram mantidas conforme o texto anterior por falta de consenso sobre os temas.

Dessa forma, o novo substitutivo deverá provocar a polarização nas votações tanto na Comissão de Sistematização como no plenário da Sistematização e a tentativa de obstrução das votações, através de pedidos de destaques, por parte dos grupos insatisfeitos.

Mandato — A alteração mais importante no novo substitutivo fica por conta do mandato pre-

sidencial. Depois de fixar, no texto anterior, o mandato de cinco anos para o presidente José Sarney e de seus sucessores, alegando que esta era a vontade da maioria dos constituintes, o relator decidiu de última hora acatar a proposta dos gradualistas de um mandato, de seis anos para Sarney, e para os demais presidentes, sob o regime parlamentarista.

Sistema de Governo — O tema mais polêmico até agora na Constituinte. Bernardo Cabral manteve o parlamentarismo clássico, onde o primeiro-ministro é o chefe do Governo, mas inova com a eleição direta para Presidente da República. O novo substitutivo traz uma proposta que funde as emendas dos senadores Afonso Arinos (PFL-RJ), Nelson Carneiro (PMDB-RJ) e José Fogaça (PMDB-RS), resultante de um acordo da corrente parlamentarista na Constituinte. A diferença da nova versão para a anterior, é que o Presidente indica por duas vezes o primeiro-ministro e só após a segunda rejeição é que a Câmara escolhe o nome que vai preencher o cargo. Como no texto anterior, o voto de censura somente poderá ser dado seis meses após a posse do primeiro-ministro.

Reforma Agrária — Por falta de consenso, foi mantido o texto original que permite a desapropriação para fins sociais. Ficou estabelecido também que o Judiciário terá um prazo de 90 dias para conceder a imissão da posse da terra ao órgão fundiário nacional.

Liberdade Sindical — O novo substitutivo mantém a liberdade de criação de mais de um sindicato da mesma categoria profissional, sendo que apenas um deles representará a classe nas convenções coletivas de trabalho.

Empresa Nacional — A única alteração promovida pelo relator diz respeito à supressão da expressão "brasileiros" por residentes no País. Assim, é considerada empresa nacional a pessoa jurídica constituída e com sede no País, controlada em caráter permanente, exclusivo e incondicional, por pessoas residentes e domiciliadas no País ou por entidade de direito público interno. É mantida, porém, a diferença entre empresa nacional e empresa brasileira de capital estrangeiro.

Estabilidade — O deputado Bernardo Cabral procurou incluir dispositivo de indenização progressiva para o trabalhador demitido. A proposta, no entanto, foi rejeitada pelos sindicalistas. Dessa forma, o relator optou por manter o texto anterior que previa a proibição da demissão imotivada ou sem justa causa como garantia no emprego.

Jornada de Trabalho — Depois de diversas reuniões com sindicalistas e empresários, o relator fixou-se em uma proposta intermediária entre as 48 horas previstas atualmente e a reivindicação dos trabalhadores de reduzir a jornada para 40 horas. Dessa forma, ficou consagrada a fórmula de redução gradual da jornada de trabalho, ou seja, nos próximos dois anos a jornada cai de 48 horas para 40 horas semanais.

Aposentadoria — A grande inovação sobre o assunto, é a retirada da idade mínima para a aposentadoria de 53 anos para o homem e 48 para a mulher, conforme reivindicação das lideranças sindicais. Assim, ficou estabelecida a exigência de 35 anos para o homem e 30 para a mulher.

Papel das Forças Armadas — Diante das pressões dos militares, especialmente do ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, o texto foi modificado possibilitando às Forças Armadas atuarem em defesa da lei e da ordem, ou seja, interferirem no processo interno do País, desde que solicitadas por um dos poderes constitucionais.

Anistia — Quanto à anistia, o novo texto copia basicamente a versão anterior do substitutivo que é a de contemplar todos os atingidos por motivação exclusivamente política a partir de 18 de setembro de 1946, assegurando as promoções na inatividade, mas sem reintegração ou pagamento de indenizações retroativas.

Criação de Novos Estados — O novo substitutivo elimina a realização de consulta popular prevista para novembro de 1988 para criação de oito novos Estados nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. O relator mantém, no entanto, a criação da Comissão de Redivisão Territorial que terá o prazo de um ano, após a promulgação da futura Constituição, para examinar a necessidade de implantação de novas unidades federativas.

Sistema Eleitoral — Depois de criar o voto distrital misto no seu primeiro substitutivo, o deputado Bernardo Cabral decidiu remeter à legislação ordinária a definição do sistema eleitoral no País.

Poder Judiciário — Ficam inalteradas as atribuições de Corte Constitucional reservadas ao Supremo Tribunal Federal (STF), previstas no substitutivo anterior. Caberá, então, ao STF, além das suas atribuições normais, as funções de defender o cumprimento da nova Constituição e de julgar ações de inconstitucionalidade por omissão. Manteve-se a criação do Superior Tribunal de Justiça e dos Tribunais Federais Regionais.